

A realidade do rural brasileiro está relacionada historicamente à questão agrária, conseqüentemente à concentração de terras, ou seja, a formação das propriedades do campo se constituem como latifúndios a partir da lógica da monocultura e do trabalho escravo. No campo temos um cenário que reúne a classe dominante latifundiária e o trabalhador rural, dentro de uma estrutura inicialmente escravocrata. O Brasil colônia agrega na sua estrutura basicamente agrária, a educação rural, mas que não se concretiza como foco, pois a mesma não foi mencionada na constituição de 1824 e 1891 (BRASIL, 2001). Dessa forma, o ensino rural apenas surge como uma necessidade do modelo agroindustrial, direcionado para a capacitação da mão de obra, ou seja, profissionalizar o campo de forma a atender as necessidades do mercado. Dentro desse breve contexto histórico, o presente artigo busca entender a trajetória das políticas públicas relacionadas a Educação Rural, identificando suas possibilidades e limites na relação com modo produtivo capitalista, trazendo dentro desse processo os enfrentamentos, disputas e ações políticas desveladas pela Educação do Campo. A metodologia utilizada tem a intenção de buscar na dialética materialista uma compreensão da diversidade e das contradições da sociedade na relação com a Educação Rural e na concepção da Educação do Campo, que determinam as ações concretizadas, como as políticas públicas. Busca-se também possibilitar a compreensão das contradições dos diversos programas e projetos que perpassaram no processo histórico da Educação Rural, sob a influência da intencionalidade norte americana, que vê na América Latina o salto para a consolidação das suas forças capitalistas. E tenta ver na Educação do Campo aspectos de mudança ou adaptação ou mesmo na lógica de emancipação educacional dos grupos sociais que estão à margem dos processos educacionais. Portanto, a reflexão permite olhar as políticas públicas para o campo, como um processo histórico, que envolvem disputas, interesses e como um espaço de inter-relações que tem a intencionalidade de resgatar os sujeitos do campo. A Educação do Campo, configura-se nesse espaço da necessidade de políticas públicas que são demandadas pelos movimentos sociais.